

# O paradigma espírita

Silvio Seno Chibeni

## Resumo:

Este trabalho indica as linhas gerais da visão kuhniana de ciência, em contraste com as concepções anteriores. Depois, argumenta que a Doutrina Espírita constitui um paradigma científico, no sentido apontado por Kuhn, sendo, portanto, genuinamente científica. O criador do paradigma foi Allan Kardec. Diante da tradição de ciência normal estabelecida pelo paradigma kardequiano, que prossegue com grande sucesso até nossos dias, transparece a inadequação das tentativas de se iniciarem outros paradigmas (metapsíquica, parapsicologia, etc.).

## 1. Introdução

Muito se tem discutido nos meios espíritas a questão da cientificidade do Espiritismo. Embora Allan Kardec a tenha abordado de forma precisa e completa, alegam alguns que desenvolvimentos recentes na ciência e em linhas não-espíritas de pesquisa dos fenômenos a que chamam "paranormais" trouxeram novidades ao palco dos debates. Neste trabalho procuraremos investigar o aspecto científico do Espiritismo e a alegação acima, recorrendo à filosofia da ciência contemporânea, e, mais especificamente, aos estudos do filósofo americano Thomas Kuhn.

A filosofia da ciência é o ramo da filosofia que se ocupa da análise do conhecimento científico: seus fundamentos, sua abrangência, sua especificidade, sua evolução. De maior relevância para os nossos presentes propósitos é a questão do chamado *critério de demarcação* entre ciência e não-ciência, ou pseudo-ciência. Essa questão interessou de perto a todos os filósofos que se dedicaram ao estudo da ciência, havendo se destacado com o surgimento da ciência moderna, nos séculos 16 e 17. Nessa época, as investigações científicas, especificamente no domínio daquilo que hoje chamamos física, conduziram a um notável incremento no poder preditivo e explicativo da ciência, com as contribuições de Galileu, Huygens, Descartes e Newton, entre outros.

Difundiu-se então a idéia, antecipada por Francis Bacon, de que o sucesso da ciência se devia à adoção de um método especial, o chamado *método científico*. A aplicação desse método é que demarcaria a ciência genuína das atividades não-científicas. A explicitação, compreensão e elaboração do método científico passou a constituir tópico de pesquisa dos filósofos (que, em muitos casos, eram os próprios cientistas a divisão mais ou menos nítida entre a ciência e a filosofia é recente).

Em uma descrição aproximada, pode-se afirmar que a questão do método científico recebeu uma resposta mais ou menos uniforme desde o século 16 até meados de nosso século, quando então começou a ser posta em dúvida. Embora fosse muito útil, não dispomos de espaço aqui para apresentar as idéias centrais da concepção clássica de ciência e das críticas que recentemente levaram à sua substituição.[{nota 1}](#) Diremos apenas que essa concepção clássica é ainda a que predomina entre o público leigo, e, em boa parte, entre os cientistas, havendo, pois, um descompasso entre eles e os filósofos e historiadores da ciência contemporâneos.

Em seus traços mais gerais, a visão clássica da ciência assume que uma disciplina científica é aquela que parte de um processo longo de coleta de dados, ou seja, de observação dos fenômenos. Desses dados resultariam então as leis gerais que regem os fenômenos. Reunidas, essas leis formariam as teorias científicas. O progresso da ciência se daria pelo acréscimo de novas observações, das quais resultariam leis adicionais, que iriam se incorporando às teorias.

No processo assim esquematizado são essenciais as seguintes assunções: 1) Na etapa de coleta de dados não intervém nenhuma diretriz teórica: as observações são neutras; 2) Igualmente, as leis resultam dos fenômenos por um método neutro, objetivo e infalível; e, 3) As novas leis descobertas ao longo da evolução da ciência são sempre complementares, nunca incompatíveis, com as leis já estabelecidas.

A articulação suprema dessa concepção tradicional de ciência se deu no bojo do programa filosófico do *positivismo lógico*, que floresceu nas décadas de 1920 a 1940. Esse programa alcançou níveis admiráveis de sofisticação formal e teórica, vindo a exercer uma profunda e duradoura influência sobre a classe científica. Já em 1934, porém, o filósofo austríaco, mais tarde naturalizado britânico, Karl Popper publicou um livro intitulado *A Lógica da Descoberta Científica* (Popper 1968), contendo críticas incisivas à concepção clássica, lógico-positivista de ciência. Tais objeções passaram em grande parte despercebidas até o final da década de 1950, quando apareceu uma versão inglesa do livro, e o programa do positivismo lógico já havia experimentado por mais de duas décadas um processo vigoroso de auto-crítica.

Mais uma vez, limitações de espaço não nos permitem expor aqui as críticas de Popper, ou sua concepção de ciência, conhecida hoje por *falseacionismo*. Observamos apenas que, a seu turno, o falseacionismo topou com restrições mais ou menos severas, levantadas por outros filósofos da ciência. Dentre eles, os mais importantes são Thomas Kuhn, Imre Lakatos e Paul Feyerabend.[{nota 2}](#) Em trabalhos anteriores (Chibeni 1984, 1988 e 1991), tivemos a ocasião de tratar da filosofia da ciência de Lakatos, em conexão com a questão da ciência espírita. Agora, tentaremos abordar essa mesma questão à luz das idéias kuhnianas da ciência. Salientamos, desde já, que para que fosse levado a cabo de maneira satisfatória, esse empreendimento exigiria uma exposição detalhada da filosofia de Kuhn, o que evidentemente não pode caber nas dimensões de um artigo. Pretendemos, pois, que o que se vai seguir seja tomado apenas como uma motivação para estudos ulteriores.

## 2. Esboço da filosofia da ciência de Kuhn

Kuhn começou sua carreira acadêmica como físico teórico, interessando-se depois por história da ciência. Ao longo das importantes investigações que empreendeu acerca das teorias científicas passadas, realizadas segundo uma nova perspectiva historiográfica, que procura compreender uma teoria a partir do contexto de sua época, e não do ponto de vista da ciência de hoje, Kuhn se deu conta de que a concepção de ciência tradicional não se ajustava ao modo pelo qual a ciência real nasce e se desenvolve ao longo do tempo. Essa percepção da inadequação histórica das idéias usuais sobre a natureza da ciência o conduziu, finalmente, à filosofia da ciência. Seus estudos nessa área apareceram publicados de modo mais amplo em seu livro de 1962, *A Estrutura das Revoluções Científicas*. Esse trabalho viria a exercer uma influência decisiva nos rumos da filosofia da ciência. Embora em uma linguagem aparentemente acessível, Kuhn avança nele teses bastante sofisticadas sobre o conhecimento científico e o conhecimento em geral, que receberam críticas filosóficas diversas ao longo dos anos. Naturalmente, este não é o lugar para adentrarmos essas discussões. Limitar-nos-emos a expor simplificada alguns dos pontos destacados por Kuhn e que se tornaram reconhecidos, com esta ou aquela alteração menor, pela quase totalidade dos filósofos da ciência. Felizmente, são esses pontos mais consensuais os que maior relevância têm para os nossos propósitos neste artigo.

A espinha dorsal da concepção kuhniana de ciência consiste na tese de que o desenvolvimento típico de uma disciplina científica se dá ao longo da seguinte estrutura aberta:

**fase pré-paradigmática → ciência normal → crise → revolução →  
nova ciência normal → nova crise → nova revolução → ...**

Daremos agora uma explicação simplificada das noções envolvidas nessa cadeia evolutiva de uma ciência.

A *fase pré-paradigmática* representa, por assim dizer, a pré-história de uma ciência, aquele período no qual reina uma ampla divergência entre os pesquisadores, ou grupos de pesquisadores, sobre quais fenômenos dever ser estudados, e como o devem ser, sobre quais devem ser explicados, e segundo quais princípios teóricos, sobre como os princípios teóricos se inter-relacionam, sobre as regras, métodos e valores que devem direcionar a busca, descrição, classificação e explicação de novos fenômenos, ou o desenvolvimento das teorias, sobre quais técnicas e instrumentos podem ser utilizados, e quais devem ser utilizados, etc. Enquanto predomina um tal estado de coisas, a disciplina ainda não alcançou o estatuto de *científica*, ou seja, não constitui uma ciência genuína.

Uma disciplina se torna uma ciência quando adquire um *paradigma*, encerrando-se a fase pré-paradigmática e iniciando-se uma fase de *ciência normal*. Este é o critério de demarcação proposto por Kuhn para substituir o critério da concepção clássica (esboçado na seção anterior). O termo 'paradigma' tem uma acepção bastante elástica no texto original de Kuhn, e não podemos aqui adentrar as sutilezas de seu significado. Em seu

sentido usual, pré-kuhniano, o termo significa 'exemplo', 'modelo'. Assim, *amo, amas, ama, amamos, amais, amam* é um paradigma da conjugação do indicativo presente dos verbos regulares da Língua Portuguesa terminados em 'ar'.

Kuhn percebeu que a transição para a maturidade, para a fase científica, de uma disciplina envolve o reconhecimento, por parte dos pesquisadores, de uma realização científica exemplar, que defina de maneira mais ou menos clara os principais pontos de divergência da fase pré-paradigmática. A mecânica de Aristóteles, a óptica de Newton, a química de Boyle, a teoria da eletricidade de Franklin estão entre os exemplos dados por Kuhn de paradigmas que fizeram algumas disciplinas adentrar a fase científica.

É difícil explicitar, especialmente em poucas palavras, os elementos que entram na formação de um paradigma. Kuhn sustenta mesmo que essa explicitação nunca pode ser completa. A razão disso é que o conhecimento de um paradigma é, em parte, *tácito*, adquirido pela exposição direta ao modo de fazer ciência determinado pelo paradigma. Assim, por exemplo, é somente *fazendo* óptica à maneira de Newton que se pode conhecer completamente o paradigma óptico newtoniano, ou *fazendo* eletromagnetismo à maneira de Maxwell que se pode conhecer completamente o paradigma eletromagnético.

No entanto, podemos, a título de balizamento, considerar como partes integrantes de um paradigma: uma ontologia, que indique o tipo de coisa fundamental que constitui a realidade; princípios teóricos fundamentais, que especifiquem as leis gerais que regem o comportamento dessas coisas; princípios teóricos auxiliares, que estabeleçam sua conexão com os fenômenos e as ligações com as teorias de domínios conexos, regras metodológicas, padrões e valores que direcionem a articulação futura do paradigma; exemplos concretos de aplicação da teoria; etc.

Um paradigma fornece, pois, os fundamentos sobre os quais a comunidade científica desenvolve suas atividades. Um paradigma representa como que um "mapa" a ser usado pelos cientistas na exploração da Natureza. As pesquisas firmemente assentadas nas teorias, métodos e exemplos de um paradigma são chamadas por Kuhn de *ciência normal*. Essas pesquisas visam, principalmente, a extensão do conhecimento dos fatos que o paradigma identifica como particularmente significativos, bem como o aperfeiçoamento do ajuste da teoria aos fatos pela articulação ulterior da teoria e pela observação mais precisa dos fenômenos.

Um ponto importante destacado por Kuhn é que enquanto o "mapa" paradigmático estiver se mostrando frutífero, e não surgirem embaraços sérios no ajuste empírico da teoria, o cientista deve persistir tenazmente no seu compromisso com o paradigma. Embora a ciência normal seja uma atividade altamente direcionada, e em um certo sentido seletiva, essa restrição é essencial ao desenvolvimento da ciência. É somente centrando sua atenção em uma gama selecionada de fenômenos e princípios teóricos explicativos que o cientista conseguirá ir fundo no estudo da Natureza. Nenhuma investigação de fenômenos poderá ser levada a cabo com sucesso na ausência de um corpo de princípios teóricos e metodológicos que permitam seleção, avaliação e crítica do que se observa. Aqui se nota um dos principais enganos da concepção clássica de ciência,

que imaginava ser possível fazer observações neutras. Nas concepções contemporâneas, reconhece-se que fatos e teorias estão em constante relação de interdependência, como que em "simbiose", os primeiros sustentando as últimas e estas contribuindo para a sua seleção, classificação, concatenação, predição e explicação. De posse de um corpo de princípios teóricos e regras metodológicas, o cientista não precisa a cada momento reconstruir os fundamentos de seu campo, começando de princípios básicos e justificando o significado e uso de cada conceito introduzido, assim como a relevância de cada fenômeno observado.

Kuhn entende a ciência normal como uma atividade de resolução de "quebra-cabeças" (*puzzles*), já que, como eles, ela se desenvolve segundo regras relativamente bem definidas. Só que na ciência os quebra-cabeças nos são apresentados pela Natureza. Ao longo da exploração de um paradigma pode ocorrer que alguns desses quebra-cabeças se mostrem de difícil solução. O dever do cientista é insistir no emprego das regras e princípios paradigmáticos fundamentais o quanto possa. Utilizando a analogia, não vale, por exemplo, cortar um canto de uma peça do quebra-cabeça para que se encaixe em uma determinada posição. Mas no caso da ciência esse apego ao paradigma, que é essencial, como indicamos acima, não pode ser levado ao extremo. Quando quebra-cabeças sem solução a que Kuhn denomina *anomalias* se multiplicam, resistem por longos períodos aos melhores esforços dos melhores cientistas, e incidem sobre áreas vitais da teoria paradigmática, chegou o tempo de considerar a substituição do próprio paradigma. Nestas situações de *crise*, membros mais ousados e criativos da comunidade científica propõem alternativas de paradigmas. Perdida a confiança no paradigma vigente, tais alternativas começam a ser levadas a sério por um número crescente de cientistas. Instala-se um período de discussões e divergências sobre os fundamentos da ciência que lembra um pouco o que ocorreu na fase pré-paradigmática. A diferença básica é que mesmo durante a crise o paradigma até então adotado não é abandonado, enquanto não surgir um outro que se revele superior a ele em praticamente todos os aspectos.

Quando um novo paradigma vem a substituir o antigo, ocorre aquilo que Kuhn chama de *revolução científica*. Grande parte das teses filosóficas sofisticadas desse autor que se tornaram alvo de polêmicas entre os especialistas ligam-se ao que ele assevera acerca das revoluções científicas. Conforme já alertamos, não adentraremos esse assunto aqui. O esquema geral da natureza da ciência que apresentamos acima representa a contribuição mais consensual de Kuhn à filosofia da ciência, e pode também ser identificado, com adaptações, principalmente terminológicas, na filosofia da ciência de Lakatos, a segunda das duas mais sistemáticas e importantes tentativas contemporâneas de compreensão da ciência.

### **3. O paradigma espírita**

Neste ponto o leitor familiarizado com a história do Espiritismo e que tenha lido, estudado, meditado e compreendido a obra de Allan Kardec já terá percebido o embasamento de nossas teses principais: a obra de Kardec constitui um genuíno paradigma científico, e esse paradigma representa, até hoje, a única diretriz segura ao

longo da qual se podem desenvolver pesquisas científicas acerca dos fenômenos espíritas e do aspecto espiritual do ser humano em geral.

A explicitação completa dessas teses exigiria que percorrêssemos toda a história do Espiritismo, toda a obra kardequiana, e as tentativas de estudo dos fenômenos espíritas fora do paradigma espírita. Evidentemente, não há espaço aqui para encetarmos tal empreendimento. Indicaremos apenas alguns pontos mais salientes, para motivar aqueles que queiram refletir sobre o assunto.

Como repetidamente enfatizou o próprio Kardec, alguns dos fatos mais significativos que serviram de base para as suas pesquisas eram conhecidos, embora de modo impreciso e obscuro, desde os primeiros tempos da civilização humana. No entanto, transparece claramente que, não obstante tenham sempre sido objeto de estudo por parte de indivíduos e doutrinas, não havia, até o advento do Espiritismo, um paradigma *científico* que os concatenasse e integrasse em um corpo de princípios teóricos precisos e abrangentes, acompanhados de métodos, critérios e valores que definissem rumos confiáveis ao longo dos quais a sua investigação pudesse caminhar. Foi a fase pré-paradigmática das pesquisas do espírito.

Tal fase encerrou-se com o trabalho de Allan Kardec. Ele nos legou um paradigma admiravelmente coerente, abrangente, empiricamente adequado e heurísticamente fértil, que não deixa nada a desejar aos mais bem sucedidos paradigmas das ciências ordinárias, como a termodinâmica, o eletromagnetismo, as teorias da relatividade, a mecânica quântica, etc.

Como uma indicação geral e aproximada, podemos dizer que *O Livro dos Espíritos* estabeleceu a ontologia e os princípios teóricos básicos; *O Livro dos Médiuns* e a segunda parte de *O Céu e o Inferno* efetuaram a conexão com a base experimental; *O Evangelho segundo o Espiritismo* e a primeira parte de *O Céu e o Inferno* exploraram as repercussões filosóficas do paradigma no campo da ética; [{nota 3}](#) *A Gênese, os Milagres e as Predições segundo o Espiritismo* e ensaios diversos nas *Obras Póstumas* e *Revista Espírita* aprofundaram vários pontos da teoria, sendo que a *Revista* constitui também valioso repositório de relatos experimentais.

Imperioso notar que a teoria espírita se faz acompanhar daqueles elementos vitais de um legítimo paradigma científico, e que nem sempre são inteiramente explicitáveis: critérios, métodos e valores que norteiam a busca, descrição e avaliação tanto de fatos como de princípios teóricos auxiliares. E mais: Kardec nos forneceu em profusão exemplos concretos de problemas resolvidos pela teoria espírita, verdadeiros modelos a serem seguidos na abordagem de outros problemas. Vemos, em consonância com as concepções de Kuhn, que tais aplicações exemplares da teoria desempenham de fato grande papel na assimilação da real essência do Espiritismo. Aqueles que não se debruçaram sobre eles, e inspecionaram os princípios espíritas apenas "de fora", e muitas vezes mesmo de forma fragmentária, encontram-se incapacitados de bem julgar o paradigma kardequiano; não adquiriram aquilo que Kuhn (segundo Michael Polanyi) chama de *conhecimento tácito* da ciência espírita.

Examinando a história do Espiritismo após Kardec, vemos que o paradigma por ele iniciado prosseguiu o seu desenvolvimento, dentro de uma bem sucedida tradição de ciência normal. Léon Denis, nos primeiros tempos, e depois Bezerra, Emmanuel, André Luiz, Yvonne Pereira, Philomeno de Miranda, entre outros, foram pesquisadores encarnados ou desencarnados que se destacaram na extensão do paradigma em sua pureza original.

Uma questão que naturalmente pode ser suscitada pela comparação do paradigma espírita com os paradigmas das ciências ordinárias é a das revoluções científicas. A história mostra a ocorrência de revoluções em quase todas as áreas da ciência, e se poderia perguntar se o Espiritismo não estaria também sujeito a uma revolução. Essa é uma questão delicada, e no pouco espaço que nos resta aqui não lhe podemos fazer justiça plena. Nossa resposta comporta duas observações principais, que esboçamos a seguir.

Primeiro, o exame isento e criterioso da situação mostra de forma inquestionável que o Espiritismo não experimenta, nem jamais experimentou, qualquer processo de acumulação de anomalias, e muito menos em seus pontos essenciais, acumulação essa que constitui, segundo Kuhn, um pré-requisito para o desencadeamento de uma crise, capaz de justificar a proliferação de teorias alternativas, e, eventualmente, a substituição do paradigma. Aproveitamos para notar aqui que, em vista disso, incorreram em erro científico aqueles que, já desde os primeiros tempos, têm desenvolvido suas pesquisas fora do paradigma espírita. Não há razões científicas para essa atitude, que só contribui para a dispersão de esforços tão prejudicial ao avanço do conhecimento, como mostrou Kuhn.

A segunda parte de nossa resposta passa pela observação de que, dada a natureza específica do paradigma espírita, não se deve esperar que tenha um dia que ser abandonado ou modificado em seus princípios fundamentais. A razão disso é que, exceto por alguns princípios reguladores abstratos, tais princípios encontram-se muito próximos do nível fenomênico, de modo que, utilizando-nos da nomenclatura filosófica, poderíamos classificar a teoria espírita como essencialmente *fenomenológica*. O exemplo mais claro de uma teoria desse tipo nas ciências ordinárias é a termodinâmica, desenvolvida em meados do século 19. Por ser fenomenológica, ela goza de uma alta estabilidade diante do progresso de outras áreas da ciência, havendo atravessado incólume as radicais mudanças de paradigma ocorridas na física nas primeiras décadas de nosso século. Essa característica da termodinâmica exerceu grande atração sobre Einstein (entre outros), que procurou desenvolver sua teoria especial da relatividade em moldes fenomenológicos.

Em termos simplificados, podemos tentar esclarecer esse ponto dizendo que nas teorias não-fenomenológicas (ditas teorias *construtivas*), que são a maioria das teorias da física e da química, o "grau de teoridade" dos princípios é muito maior; eles estão bem mais distantes da observação empírica direta. Em tal caso, o caminho que vai dos fenômenos até os princípios teóricos é bastante tortuoso, passando por uma série de teorias auxiliares, necessárias, por exemplo, para tratar do funcionamento e interpretação dos dados fornecidos pelos aparelhos envolvidos. Nessas circunstâncias, a segurança com que os princípios podem ser asseridos fica evidentemente reduzida; há, em geral,

possibilidades plausíveis de explicação dos mesmos fenômenos por princípios teóricos diferentes. A história da física e da química ilustra bem a vulnerabilidade de suas teorias construtivas, que vão sendo substituídas de tempos em tempos.

No caso dos princípios espíritas básicos, como a existência e sobrevivência do espírito, o livre-arbítrio, a lei de causa e efeito, a reencarnação, etc., a situação é bastante diversa. Sua confirmação independe totalmente de aparelhos, conforme bem enfatizou Kardec, o que é uma enorme vantagem do ponto de vista epistemológico, pelas razões esboçadas acima. São proposições da mesma classe epistêmica que, digamos, as proposições de que o Sol existe, de que o fogo queima, a cicuta envenena, etc. Notemos que a inferência espírita diante de um fenômeno de efeitos intelectuais não difere em nada das inferências que fazemos a partir dos fenômenos ordinários. Quando, por exemplo, o carteiro traz à nossa casa um papel no qual lemos certas frases, não nos acudirá a idéia de que elas não foram escritas por um determinado amigo, quando relatam fatos, contêm expressões e veiculam pensamentos peculiares e íntimos. Exatamente o mesmo se dá com os variados e abundantes casos de psicografia de que somos testemunhas. Não constitui exagero, pois, afirmar-se que a constatação cuidadosa de uns poucos casos dessa espécie é suficiente para eliminar qualquer dúvida quanto ao princípio básico da Doutrina Espírita, a existência e sobrevivência do espírito.

Como se isso não bastasse, a base experimental do Espiritismo incorpora ainda muitos outros tipos de fenômenos, como a psicofonia, a xenoglossia, as materializações, vidência, a pneumatografia e a pneumatofonia, etc. Além desses fenômenos, que formam uma classe específica, a dos *fenômenos espíritas*, o Espiritismo apóia-se também em inúmeros fenômenos ordinários. Referimo-nos, por exemplo, às nossas inclinações e sentimentos, às peculiaridades de nosso relacionamento com as pessoas que nos cercam, aos acontecimentos marcantes de nossa vida, aos distúrbios da personalidade, aos efeitos psicossomáticos, aos sonhos, à evolução das espécies e das civilizações, etc. Entendemos que a desconsideração desse vasto corpo de evidências a favor do Espiritismo constitui séria omissão por parte de seus críticos e daqueles que tentam fazer ciência não-espírita do espírito.

Em outro artigo (Chibeni 1988; ver também Chibeni 1986) procuramos mostrar que Kardec possuía um senso científico e filosófico que caminhava muito adiante de seu tempo, identificando corretamente as características de uma verdadeira ciência, e desenvolvendo suas pesquisas de acordo com elas. Isso fica claro tanto da análise de sua obra, como de inúmeras declarações explícitas suas sobre a natureza da ciência, o que torna ainda mais lamentável a busca de uma ciência do espírito fora do paradigma kardequiano, busca essa que prossegue até nossos dias, quando os avanços da filosofia da ciência já puderam mostrar cabalmente onde ela de fato se encontra.

---

## Notas: [\[volta ao início\]](#)

1. Para um esboço desses pontos, ver Chibeni 1984. [\[volta\]](#)



2. Suas obras mais representativas são Kuhn 1970, Lakatos 1970 e Feyerabend 1978. Para uma exposição mais ou menos acessível das idéias principais desses filósofos e da concepção clássica de ciência, ver Chalmers 1978. [\[volta\]](#)

3. Sobre a ética espírita e sua fundamentação na ciência espírita, ver Chibeni 1985. [\[volta\]](#)

---

## Referências bibliográficas:

(O leitor poderá encontrar vertidas para o nosso idioma todas as obras em língua estrangeira desta lista bibliográfica, embora, com exceção das indicadas traduções das obras de Kardec a cargo da Federação Espírita Brasileira, essas traduções apresentem, como é quase regra, falhas mais ou menos graves, que não as recomendam ao estudioso exigente.)

CHALMERS, A. F. *What is this Thing called Science?* St. Lucia, University of Queensland Press, 1978.

CHIBENI, S.S. Espiritismo e ciência. Esboço de uma análise do Espiritismo à luz da moderna filosofia da ciência. *Reformador*, maio de 1984, pp. 144-7 e 157-9.

----- . Os fundamentos da ética espírita. *Reformador*, junho de 1985, pp. 166-9.

----- . Por que Allan Kardec ? *Reformador*, abril de 1986, pp. 102-3.

----- . A excelência metodológica do Espiritismo. *Reformador*, novembro de 1988, pp. 328-33 e dezembro de 1988, pp. 373-8.

----- . Ciência espírita. *Revista Internacional de Espiritismo*, março de 1991, pp. 45-52.

FEYERABEND, P. K. *Against Method*. London, Verso, 1978.

KARDEC, A. *Le Livre des Esprits*. Paris, Dervy-Livres, s.d. *O Livro dos Espíritos*. Trad. Guillon Ribeiro, 43ª ed., Rio de Janeiro, Federação Espírita Brasileira, s.d.

----- . *L'Évangile selon le Spiritisme*. Rio de Janeiro, Federação Espírita Brasileira, 1979. *O Evangelho segundo o Espiritismo*. Trad. Guillon Ribeiro. 87ª ed., Rio de Janeiro, Federação Espírita Brasileira, s.d.

----- . *Le Ciel et l'Enfer*. Farcennes, Éditions de L'Union Spirite, 1951. *O Céu e o Inferno*. Trad. Manuel Quintão. 28ª ed. Rio de Janeiro, Federação Espírita Brasileira, s.d.

----- . *La Genèse, les Miracles et les Prédications selon le Spiritisme*. Paris, La Diffusion Scientifique, s.d. *A Gênese, os Milagres e as Predições segundo o Espiritismo*. Trad. Guillon Ribeiro, 23ª ed., Rio de Janeiro, Federação Espírita Brasileira, s.d.

----- . *Oeuvres Posthumes*. Paris, Dervy-Livres, 1978. *Obras Póstumas*. Trad. Guillon Ribeiro, 18ª ed., Rio de Janeiro, Federação Espírita Brasileira, s.d.

KUHN, T. S. *The Structure of Scientific Revolutions*. 2nd. ed., enlarged. Chicago and London, University of Chicago Press, 1970.

LAKATOS, I. Falsification and the methodology of scientific research programmes. In: Lakatos & Musgrave 1970, pp. 91-195.

LAKATOS, I. & MUSGRAVE, A. (eds.) *Criticism and the Growth of Knowledge*. Cambridge, Cambridge University Press, 1970.

POPPER, K. R. *The Logic of Scientific Discovery*. 2nd. ed., revised. London, Hutchinson, 1968.